

Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento

(organizadores)

FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

COMISSÃO AVALIADORA

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)
Ivana Denise Parrela (UFMG)
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
José Maria Jardim (UNIRIO)
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Moisés Rockembach (UFRGS)
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)
Ursula Blattmann (UFSC)
Welder Antônio Silva (UFMG)

COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG

Amanda dos Santos da Paixão
Cláudia Márcia
Christiano B. Santos
Edgar Gonzaga
Élida Pieri
Eliedir Marcelina
Gilma Pereira
Guilherme Diniz
Gustavo Miranda Ferreira
Nely Ferreira
Luiz Henrique Loureiro
Viviany Braga

MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Gilmar Rodrigues Barreto
Gisele Maria Arcanjo
Graziele Cristina Rodrigues Silva
Neide Araujo Oliveira Braga
Suellen Alves de Melo
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG) Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book. Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8 1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson. CDU: 651.5(063)
------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-010
www.eci.ufmg.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... p.10

MOÇÕES..... p.12

PLENÁRIAS

1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16
Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29
Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros

3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44
Daniel Flores, Graziella Cé

COMUNICAÇÕES

I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63
Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros

5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80
Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes

6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100
Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes

7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114

Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro

II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133

Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade

9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152

Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues

10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171

Mariana Batista do Nascimento

11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188

Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo

12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208

Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229

Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha

14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244
Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva

15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258
Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco

III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276
Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos

17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293
Igor José Garcez, José Maria Jardim

18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314
Ana Celia Rodrigues

19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326
Margareth da Silva

IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA

20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346
Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas

21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363
Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva

22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382
Thayane Vicente Vam de Berg

23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397
Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado

V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410
Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado

25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430
Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra

VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451
Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes

27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471
Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak

28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489

Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros

VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS

29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507

Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito

30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523

José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo

31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542

Alexandre de Souza Costa

32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556

Karina Veras Praxedes

VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL

33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576

Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia

34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596

Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira

35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614

Rosale de Mattos Souza

36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633

Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS

37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652

Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço

38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671

Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis

39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690

Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo

40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709

Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso

4

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À
FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS***Evelin Melo Mintegui**Roberta Pinto Medeiros**Thiago Henrique Bragato Barros***1 INTRODUÇÃO**

A sala de aula é um espaço no qual distintos grupos – professores e alunos – podem e devem interagir de forma dinâmica. É um universo onde a troca de saberes é constante por ambas as partes, pois os alunos apreendem os conceitos trazidos pelos professores, no entanto os mesmos já vêm como uma bagagem cultural que irão reproduzi-la em seus questionamentos, modificando o saber do próprio professor. Essa troca de saberes impacta na escolha nos métodos de ensino e se reflete no plano de ensino, documento que norteia os professores na condução das disciplinas.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo apresentar relatos de experiência em sala de aula no desenvolvimento de disciplinas em cursos de graduação em Arquivologia, ministradas entre os anos de 2015 e 2016, nas Universidades Federais do Rio Grande e do Pará.

Assim, busca-se trazer um pouco do contexto em sala de aula de três disciplinas consideradas como nucleares, que correspondem ao “que-fazer arquivístico” (BELLOTTO, 2014, p.214) nos currículos de Arquivologia: fundamentos de Arquivologia (que apresenta ao aluno as especificidades da Arquivologia), análise e seleção de documentos de arquivo (que trata da avaliação de arquivos) e representação arquivística (que trata dos processos de representação das entidades produtoras de arquivos, suas funções e documentos).

Para isso, foram utilizados os planos de ensino das referidas disciplinas pelos três professores que as ministraram. Considera-se que o processo da construção dos planos de ensino manifesta-se como representação do conceito de transposição didática, que será discutido mais adiante, e, por isso, é um importante ponto de partida para o relato das experiências aqui apresentadas.

Cabe colocar que duas dessas disciplinas são ministradas na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e a terceira na Universidade Federal do Pará (UFPA). Tal diversidade, mais que geográfica, com cada uma delas localizada próxima aos extremos do país (Oiapoque-Chuí), nos motivou a considerar se existiriam diferenças em nossas experiências de ensino. Comprova-se que embora com currículos e realidades distintas, a sala de aula é um espaço unificador.

A seguir, serão apresentados os conceitos de ensino, sala de aula e transposição didática. Logo, serão apresentados os relatos de experiência nas três referidas disciplinas. Nas considerações finais procuraremos apresentar uma reflexão acerca dos conceitos e como eles foram considerados, de forma planejada ou não, com nossos relatos de ensino.

2 CONCEITOS RELEVANTES: SALA DE AULA, ENSINO, APRENDIZAGEM E TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

Desde o abandono da política de currículos mínimos através do estabelecimento da nova Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, os cursos superiores passaram a basear suas disciplinas em um conjunto de diretrizes curriculares, que devem obrigatoriamente ser levadas em conta na definição de conteúdo, mas que permitem maior flexibilidade no que diz respeito à distribuição das disciplinas ao longo do tempo de graduação e formação e especialidade dos recursos humanos, por exemplo (BRASIL, 1996).

No caso dos cursos de graduação em Arquivologia, instituídas pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 492/2001, as diretrizes apontam que o perfil de um formando deve “ter domínio dos conteúdos” da disciplina e estar preparado para “enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos” e outros contextos relacionados. Nesse sentido, a diretriz institui competências de caráter geral e específicas, sendo as de caráter geral expressas nos seguintes pontos:

- identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;
- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;

- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p.35).

Por sua vez, as competências específicas são expressas da seguinte maneira:

- compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;
- planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
- realizar operações de arranjo, descrição e difusão. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001, p.35).

Sendo assim, as disciplinas dos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil devem somar-se de maneira a desenvolver as competências acima descritas em seus aspectos gerais e específicos, não de maneira estanque, mas adaptável ao próprio projeto pedagógico de cada curso, cuja aprovação depende da complementaridade destes últimos com tais diretrizes, o que permite variabilidade nos distintos currículos pelo país, sem uma padronização obrigatória de disciplinas.

Neste sentido, as diretrizes são um avanço do ponto de vista organizacional dos currículos, já que se pode ater a fortalezas e diferenças regionais, mas respeitando princípios e preceitos básicos da arquivística e suas relações interdisciplinares. Soma-se a isso o fato de que a abordagem de como o conteúdo de uma disciplina será ministrada depende de cada professor, pois a metodologia de ensino é bastante particular, bem como tal metodologia pode mudar de acordo com cada oportunidade de oferta de cada disciplina.

É de conhecimento geral que no Brasil a maior parte dos professores do ensino superior, especialmente aqueles ligados à formação de bacharéis, têm pouca ou nenhuma formação acerca dos processos de ensino e aprendizagem. Durante muito tempo essas preocupações foram consideradas de menor importância, estimulados pelo desenvolvimento de determinado ponto de vista nas universidades

brasileiras que supervalorizam a investigação científica como atribuição central dos professores universitários, relegando o ensino a uma atividade de “repetição” daquilo que é “criado” na pesquisa (SILVA E MONTEIRO, [s.d.]).

É possível que as concepções acerca de como se constituem o ensino e a aprendizagem possam, ainda, interferir na abordagem metodológica dos professores. Tais diferentes concepções podem apresentar-se construídas tanto pelo senso comum, como através de posicionamentos teóricos.

Para Medeiros (2015), a conceituação de ensino pode ser bastante mais ampla: como uma técnica, bastando combinar, de modo eficaz, os meios e os fins, sendo estes últimos considerados não problemáticos (evidentes, naturais, etc.), tendo outras correntes a ressaltar muito mais os componentes afetivos, associando o ensino a um processo de desenvolvimento pessoal ou mesmo a uma terapia. Outras posições privilegiam uma visão ético-política da profissão, concebendo o ensino como uma ação ética ou política e as muitas concepções que associam a educação à luta política ou à emancipação coletiva. O ensino ainda pode ser definido como uma interação social e necessita, por exemplo, de um processo de “co-construção” da realidade pelos professores e alunos. Esse ponto de vista é defendido especialmente pelos enfoques socioconstrutivistas. Finalmente, determinadas concepções assimilam o ensino a uma arte, cujo objetivo é a transmissão de conhecimentos e valores considerados fundamentais.

Consideramos que a concepção do processo de ensino e aprendizagem é relevante e interfere na forma como uma disciplina é organizada e ministrada. Além dela, parece interessante acrescentar mais uma variável das experiências didáticas, que é a sala de aula.

A sala de aula é, além de um espaço físico de encontro, um “espaço de socialização cultural”. Como espaço de interação, é capaz de produzir, “além de desenvolvimento cognitivo, conflitos inevitáveis” (VIANNI e MICCOLI, 2013, p.281). É ali que ficam transparentes as intenções dos professores, sendo um universo a ser explorado tanto pelo professor quanto pelo aluno. O professor pode ministrar a mesma disciplina todos os anos, mas nunca de forma idêntica, pois os alunos não serão os mesmos, logo as indagações, dúvidas e debates também não serão os mesmos. Os alunos são os que movem esse universo, pois os seres humanos estão em constante aprendizado, quando munidos do desejo de aprender.

Por esse motivo, uma sala de aula não é o mesmo que estar numa reunião, por exemplo. Uma sala de aula exige muito do professor, pois cabe a ele grande parte da responsabilidade em dar continuidade a um conteúdo. O aluno é a peça chave para que essa engrenagem funcione, já que não basta apenas o professor *dar* o conteúdo, é preciso que o mesmo seja construído através de leituras, exercícios, vivências, experiências, práticas, e outros mecanismos que auxiliam o desenvolvimento do saber.

Reconhecemos, como colocam Vianni e Miccoli (2013) que as experiências em sala de aula, quando narradas, “deixam de ser um acontecimento isolado ou do acaso”. Isso porque o “processo reflexivo da narrativa oferece a oportunidade de ampliar o sentido dessa experiência e de definir ações para mudar e transformar seu sentido original bem como aquele que a vivenciou” (VIANNI e MICCOLI, 2013, p.285). Com isso, compreendemos que as experiências de sala de aula são reconstruções sobre nossas vivências, que sempre serão uma adaptação de versões anteriores de nosso entendimento sobre determinada situação ou memória. Para as autoras citadas, as experiências de sala de aula quando narradas, por referirem-se a “dinâmicas relacionais e interacionais”, permitem abrir a “possibilidades de mudança e transformação, quando acompanhadas de reflexões conscientes de quem relata sobre o que é relatado” (VIANNI e MICCOLI, 2013, p.285).

Além das diretrizes curriculares, das concepções de ensino e do espaço de sala de aula, um conceito importante quando nos referimos à organização didática de uma disciplina, especialmente no ensino superior, é o de transposição didática. Trata-se de um processo reconhecido como “tarefa da educação”, qual seja “a conversão do saber objetivo em conhecimento escolar, de modo a torná-lo apropriado pelos educandos” (SAVIANI, 1994).

A ideia de transposição didática parte do princípio de que as teorias criadas em contextos artísticos, literários ou científicos não são feitas de maneira a ser diretamente comunicáveis aos alunos. Elas precisam ser intermediadas, ou seja, é preciso que seja realizada uma mediação que transforme o objeto de saber em objeto de ensino. Algum cuidado precisa ser tomado para que tal “didatização” não seja excessiva, que consiga tornar mais apreensível o objeto de saber, sem, no entanto, cair em extremo reducionismo (GRILLO et al., 2002, p.76). Ainda segundo os mesmos autores:

As transformações por que passa o saber são inevitáveis e devem ser consideradas mais adaptações ou diferenças do que simplificações do conteúdo [...]; trata-se de uma didatização do saber para que possa ser aprendido pelo aluno. A transposição didática, por si mesma, não implica em redução nem banalização do saber; ao contrário, exige inovação e originalidade, pois cada novo período letivo, a cada aula, o conhecimento a ser ensinado é parcialmente recriado pelo professor num trabalho inédito partilhado com os alunos. (GRILLO et al., 2002, p.76).

Para Grillo et al. (2002, p.77) é a transposição didática que permite que o professor se movimente entre o currículo formal e aquelas alterações que poderiam ser entendidas como um currículo real, uma espécie de currículo oculto. Para que esse currículo oculto seja mobilizado, o professor tomará como referência o conteúdo formal, porém alterado por suas ideologias, formação, experiências e pelo próprio aluno. Nesse sentido, os conteúdos apresentados na prática de sala de aula são parte de “criações didáticas” (p.75) que buscam responder certa necessidade de ensino, resultante de certo projeto, certo contexto social.

Em resumo, como coloca Grillo et al. “Pela transposição didática, o professor constrói um conhecimento original e idiossincrático, confrontando o seu conhecimento teórico com situações concretas, visando facilitar a aprendizagem do aluno” (GRILLO et al., 2002, p.77).

Na seção seguinte, apresentamos relatos de sala de aula, procurando relacionar nossas experiências com os conceitos já apresentados.

3 RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA NA FURG E NA UFPA

Entendemos que os relatos de experiência que serão apresentados nesta seção têm o objetivo de discutir a estrutura do plano de ensino, a didática, a teoria x a prática, os desafios e dificuldades que foram enfrentados, as atividades que deram certo ou não. Ou seja, trazer um pouco da realidade de diferentes disciplinas que são aplicadas em diferentes estágios ao longo do curso de Arquivologia. Salienta-se que são duas universidades com realidades diferentes, assim como a estrutura curricular do curso da FURG é distinta da UFPA.

Ainda assim, entendemos que existe uma continuidade no que se refere à disciplina, que é a Arquivologia, que como tal requer determinada transposição das ideias científicas para a realidade da sala de aula.

O curso de Arquivologia da FURG foi criado no segundo semestre de 2008. Já o curso de Arquivologia da UFPA foi criado no segundo semestre de 2011. Criado em épocas e regiões distintas, com realidades bastante específicas. O curso da FURG foi criado no auge do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais Brasileiras (REUNI), já o da UFPA foi criado em 2011, mas só suas iniciou atividades no segundo semestre de 2012 e sem nenhum tipo de relação com o REUNI. Tratou-se de uma demanda social apresentada pela comunidade atuante nos arquivos paraenses à UFPA em meados de 2010.

3.1 Fundamentos de Arquivologia: uma experiência na FURG

A disciplina de Fundamentos de Arquivologia é oferecida no primeiro semestre do curso de Arquivologia da FURG e tem como objetivo principal iniciar o aluno aos estudos sobre Arquivologia, arquivos, terminologia e legislação. É ofertada no primeiro semestre justamente para situar os novos acadêmicos quanto ao curso que escolheram e para que os mesmos conheçam um pouco da carreira que pretendem seguir. É uma das primeiras disciplinas de Arquivologia dentre as obrigatórias do primeiro semestre, portanto, é o primeiro contato com a área que os alunos têm e isso reflete numa grande curiosidade por parte deles em relação à Arquivologia, ou por desconhecê-la ou por interesse sobre a área. Este relato narra resumidamente a experiência em sala de aula, toma-se como partida o primeiro dia da disciplina. A partir daí, discute-se sobre o conteúdo desenvolvido durante o semestre, as avaliações e as visitas técnicas.

O primeiro dia de aula faz parte de uma socialização inicial entre os alunos e o professor, pois muitos ou são novos ou é o primeiro curso de graduação, portanto, a universidade é um espaço totalmente diferente daquele que estavam acostumados (ensino médio). Essa socialização é importante para conhecer um pouco melhor cada um deles, já que a convivência será de pelo menos uns quatro meses. Um ponto importante desse dia é a entrega do plano de ensino da disciplina impresso, conforme pode ser visualizado um resumo do mesmo no Quadro 1, para cada aluno presente. É a partir desse plano que as aulas serão guiadas.

Observa-se no Quadro 1, que o conteúdo da disciplina inicia com temas básicos e aos poucos os temas vão ficando um pouco mais aprofundados. Os

conteúdos são desenvolvidos de forma linear, ou seja, concomitante acompanham o desenvolvimento do aluno, assim, a aprendizagem fica mais dinâmica e as aulas também. Para que isso ocorra, cada conteúdo possui dois ou mais textos de autores diferentes. A escolha dessa metodologia deve-se ao fato de que, dessa forma, diferentes autores auxiliam na construção de ideias e oposições, facilitando a discussão em sala de aula e o aprendizado para os alunos. Infelizmente, isso não é cem por cento aplicável e não se pode afirmar que em todas aulas a dinâmica e aprendizagem acontecem naturalmente. Como nas ciências humanas nem sempre a soma de dois números é exata, esse tipo de aula às vezes funciona com uma turma num ano, mas em outro ano não, pode funcionar com um conteúdo, mas em outro já não se aplica. São percepções que todo professor adquire com experiência ao longo de sua carreira: nem sempre uma metodologia funciona em sua totalidade, é preciso adaptá-la à realidade de cada turma e disciplina, e isso se dá com o passar das aulas e quando se conhece os alunos de maneira mais aprofundada

No entanto, quando se percebe que aquele método não está funcionando, troca-se a maneira de repassá-lo ao aluno, ou seja, torna o conteúdo/conhecimento mais apropriado para os educandos (GRILLO, 2002). Por isso, dentro do cronograma da disciplina há as avaliações, divididas em exercícios, provas e trabalho em grupo, que servem para ajudar a medir o avanço da turma em relação ao conteúdo aprendido. Os exercícios e provas são comuns como métodos de avaliação, e são utilizados como nota. A escolha da atividade em grupo se deve a dois fatores: a) tamanho da turma que passa de 40 alunos; e b) aprender a trabalhar em grupo. O resultado dessa atividade é bem gratificante, pois percebe-se o empenho que os alunos tiveram em realizar o trabalho. Além disso, o trabalho em grupo engloba todos os conteúdos da disciplina, portanto, os alunos acabam revendo alguns termos e conteúdos, e isso ajuda caso não tenham compreendido alguma matéria.

QUADRO 1 – Plano de ensino resumido da disciplina de Fundamentos de Arquivologia ministrada em 2015 no Curso de Arquivologia da FURG

PLANO DE ENSINO FUNDAMENTOS DE ARQUIVOLOGIA – 2015/1	
EMENTA	Conceituação, importância, objeto do arquivo. Evolução histórica dos arquivos. Relação com outras ciências. Classificação dos arquivos. Bibliografia básica. Terminologia e legislação arquivística.
OBJETIVO	Capacitar o aluno no conhecimento da Arquivologia; conhecer a história dos arquivos e sua relação com outras ciências; e oferecer referenciais da bibliografia, terminologia e legislação arquivística.
CONTEÚDO	Introdução ao estudo dos arquivos; Relação com outras ciências; Da administração à história; Princípio da proveniência e o ciclo de vida dos documentos; Informação e documento; Arquivo e sociedade; Panorama de trabalho, atribuições do arquivista, ética profissional.
AVALIAÇÃO	Exercícios, provas e trabalho em grupo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ainda, para melhor contextualizar os conteúdos da disciplina abordados no quadro acima, depois de contemplado o conteúdo informação e documento, iniciam as visitas técnicas, que geralmente são três ao longo do semestre: Arquivo Geral da FURG, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellhinho. As visitas nesses três espaços contribuem de forma significativa para o aprendizado dos alunos. Através dessas visitas, eles conseguem visualizar a teoria na prática e isso só acrescenta e melhora o aprendizado.

É interessante destacar que esses três lugares representam diferentes arquivos. No primeiro tem-se um arquivo universitário com várias atividades em andamento, projetos, participação de alunos do curso de Arquivologia. O segundo é um arquivo do Estado com grande quantidade de documentos administrativos (gestão), prédios antigos que foram construídos especificamente para abrigarem a documentação produzida pelo governo estadual. São prédios históricos, com projetos em andamento em diversas esferas. No último, temos um arquivo municipal localizado num móvel de traços arquitetônicos peculiares, com espaço para a guarda da documentação bem menor do que o anterior, mas construído de acordo com requisitos de conservação e preservação, monitoramento de temperatura e umidade, e que, entre outros aspectos, possui tradição na questão de educação patrimonial com atividades lúdicas para crianças e adolescentes.

Cada arquivo com sua peculiaridade, mas também com alguma característica que chama a atenção dos alunos e ainda as atividades que são desenvolvidas nesses espaços corroboram com os conteúdos que já foram vistos em sala de aula. As visitas técnicas contribuem muito para esse primeiro contato com os alunos do primeiro semestre do curso de Arquivologia.

Para fechar este relato, como parte da didática da disciplina são incluídos alguns vídeos que abordam sobre arquivos. Os vídeos, de alguma forma contribuem para a disciplina de fundamentos de Arquivologia e para o aprendizado dos alunos.

Portanto, durante a disciplina de fundamentos de Arquivologia, são contextualizados os principais conteúdos de diversas formas, a fim de que o aluno possa assimilá-los e tenha prazer em aprender. Além disso, é nesse espaço de construção do conhecimento e de “avanços da ciência e tecnologia estão diretamente ligados a melhoria da qualidade de vida, às percepções, à inclusão social e ao cotidiano deles” (MELO, BARBOSA E COMPIANI, 2009, p.04).

3.2 Análise e seleção de documentos de arquivo: experiência na FURG

A disciplina Análise e Seleção de Documentos de Arquivo, da qual se relata aqui a experiência em sala de aula, foi oferecida no primeiro semestre de 2016, quando da vigência do currículo anterior do curso. Nesse contexto, ela foi oferecida aos alunos do quinto semestre (quando regulares), cujas informações básicas podem ser visualizadas no Quadro 2, a seguir.

QUADRO 2 – Plano de ensino resumido da disciplina Análise e Seleção de Documentos de Arquivo, ministrada em 2016 no Curso de Arquivologia da FURG

PLANO DE ENSINO ANÁLISE E SELEÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO - 2016/1	
EMENTA	Conceituação, importância, objetivos e finalidades da avaliação e seleção de documentos como metodologia arquivística.
OBJETIVO	Compreender o processo de análise e seleção de documentos de arquivo, bem como seus conceitos e metodologias.
CONTEÚDO	1 Avaliação e gestão de documentos 2 Avaliação taxonômica: procedimentos 2.1 Valoração 2.2 Arquivos intermediários 2.2 Comissões de avaliação 2.3 Instrumentos de destinação 3 Outras correntes teóricas de avaliação de documentos
AValiação	Provas teóricas, trabalhos individuais e em grupo e participação nas atividades em sala de aula.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Podemos considerá-la como responsável por desenvolver, em algum nível ou dimensão, a totalidade das competências gerais propostas pelas diretrizes do Conselho Nacional de Educação para os cursos de Arquivologia, e por, pelo menos, as três primeiras competências específicas colocadas (compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo; identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas e planejar e elaborar instrumentos de gestão documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização). Nesse sentido, destaca-se a relevância dos conhecimentos construídos através dessa disciplina na formação dos arquivistas da FURG.

Um dos primeiros elementos a considerar na construção do conteúdo programático, e que ele não é simples consequência da ementa. Embora tenha havido certo crescimento nas pesquisas acerca da temática de avaliação de documentos, não considero que o ensino seja uma repetição menos nobre daquilo que se constrói na pesquisa. É preciso que exista alguma criticidade na análise dos processos de escolha sobre o patrimônio que os arquivistas auxiliam a selecionar, e isso deveria ir além da repetição.

Minha escolha foi valorizar aspectos teóricos que conduzem as decisões de análise e seleção de documentos de arquivo. Mas antes, era preciso relacionar a avaliação de documentos com todas as demais funções arquivísticas, especialmente com aquelas que fazem parte da gestão de documentos (Unidade 1). Claro está que ainda permanecia necessário demonstrar todo o conjunto de instrumentos e metodologias que se seguem à escolha da valoração como critério de avaliação de documentos no Brasil. Esse é o foco da segunda unidade no conteúdo programático (Quadro 2). A Unidade 3 prevê espaço para a discussão de outras linhas teóricas.

Desta maneira, foi feita uma transposição didática acerca dos diversos conteúdos que se relacionam e compõem o arcabouço teórico acerca da avaliação de documentos. Diferentemente de uma abordagem que reduz a questão da avaliação de documentos de arquivo a uma valoração, existem outras reflexões teóricas que defendem outros tipos de critérios para a avaliação do que os clássicos valores primários e secundários, conforme apresentados por Schellenberg (2006).

Entretanto, não se pode negar que a valoração é um critério muito importante no cenário institucional arquivístico brasileiro, uma vez que toda regulamentação arquivística, desde a própria Lei 8.159/1991, que define a política nacional de arquivo, traz embutida a conceituação acerca do que são os valores documentais.

Essa naturalização de ideias sobre um determinado ciclo e o fato da obrigatoriedade da adoção dos critérios de valor (pautados nas ideias de vigência e prazo precaucional para garantir os valores primários, e a identificação de elementos de testemunho e de informação, para verificar a existência de valores secundários) é bastante sedutora, porque parece dar conta de toda a realidade. Talvez fosse mais adequado dedicar o tempo disponível para um bom treinamento sobre o uso da metodologia imposta pela regulamentação, mas isso não pode ocorrer sem reflexão nem reduzir-se à uma técnica automática. Nesse sentido, uma das atividades desenvolvidas na disciplina, um exercício de valoração de um documento foi, destacadamente, um dos que mais levantaram interesse e questionamentos. A atividade propõe a definição dos prazos de vigência e precaucional de um trabalho de conclusão de curso de uma universidade pública, considerando o trâmite pelo qual o documento passa, bem como a busca por seus valores secundários. Logo, são verificados os prazos definidos pela TTD das Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e os estudantes devem confrontar seus resultados, que além de geralmente serem distintos dos prazos propostos pelo instrumento em questão variam muito entre os grupos de alunos que realizam a valoração. Isso demonstra o caráter contextual, e até mesmo, pessoal, da aplicação de critérios de seleção de documentos de arquivo.

A redução de todo um campo de pesquisa da arquivística ao uso de um instrumento de gestão específico é um aspecto que já provocou frustrações no ensino desta disciplina, particularmente, embora tenha também proporcionado bastante contentamento quando há interesse por parte dos alunos, como a proposta de projetos de pesquisa e trabalhos de conclusão de curso sobre a temática.

As avaliações têm abarcado uma gama cada vez mais ampla de atividades, desde resumos até *podcasts*, mas sem deixar de lado avaliações dissertativas, com peso nos aspectos teóricos da disciplina.

3.3 Representação Arquivística: um relato da UFPA

De acordo com os textos abordados na seção dois, é possível perceber que o professor está sempre trabalhando com duas realidades em sala de aula: os conteúdos formais estabelecidos por meio do PPC e das diretrizes curriculares e o não-formalizado, que se constroem e modifica-se de turma para turma e de momento para momento.

Em relação à disciplina Representação Arquivística I, trata-se de uma disciplina básica e fundamental no desenho curricular da UFPA, por tratar de forma integrada aspectos da análise e da síntese efetuada pelo arquivista visando à construção dos instrumentos de pesquisa e suas políticas de acesso. A turma aqui descrita trata-se do primeiro semestre de 2016, ofertada regularmente para o quinto semestre do curso.

O conteúdo é desenvolvido ao longo de 120 horas em duas disciplinas, a primeira, descrita aqui busca trabalhar aspectos básicos e fundamentais da representação e descrição de arquivos, já a Representação Arquivística II busca trabalhar aspectos práticos e orienta a fixação do conhecimento adquirido ao longo da disciplina Representação Arquivística I.

Em relação às diretrizes nacionais, trabalha-se aspectos gerais relacionados ao planejamento, elaboração e execução de políticas institucionais em representação e descrição arquivística e em relação às específicas buscam pelo ensino de aprendizado de ações voltadas para os três aspectos da representação: classificação, descrição e difusão.

QUADRO 3 – Plano de ensino resumido da disciplina Representação Arquivística I ministrada em 2016 no Curso de Arquivologia da UFPA

Plano de Ensino de Representação Arquivística I – 2016/1	
EMENTA	A representação arquivística é um conjunto de atividades que estão relacionadas ao processo de classificar e descrever arquivos. Assim, visa-se a identificação, arranjo\classificação e descrição de arquivos. História da descrição Arquivística. A descrição normalizada. Construção e análise de Instrumentos de Pesquisa. ISAD(G), NOBRADE e outras normas de descrição.
OBJETIVO	a) compreender a origem e a importância da descrição arquivística; b) explorar e aplicar as diferentes normas de descrição arquivística; c) compreender o papel da normalização na descrição. d) apreender a descrever diversas espécies documentais.

CONTEÚDO	A origem da descrição arquivística Trajetória conceitual da descrição arquivística Instrumentos de Pesquisa não normalizados Porque precisamos de normas de descrição? Aspectos norteadores da descrição Arquivística ISAD(G) NOBRADE
AVALIAÇÃO	Participação em sala de aula, exercícios de descrição, resenhas e avaliação ao final da disciplina.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O campo de pesquisa em relação à representação e descrição de arquivos é provavelmente o campo mais normalizado e melhor desenvolvido no âmbito da Arquivística, isso por si só, já sinaliza a importância fundamental das disciplinas voltadas para o desenvolvimento destas temáticas. Por ser uma das áreas de atuação de pesquisa e extensão do professor, tem-se como premissa básica do ensino – uma análise crítica da literatura e quando possível, uma discussão a respeito dos textos trabalhados.

Discute-se e problematiza a respeito dos primórdios da técnica arquivística com a leitura contextualizada do Manual Holandês, perpassando questões de descrição em Jenkinson, Schellenberg, Herredia, Fox, Macneil e uma série de outros autores num panorama histórico-conceitual (nacionais e internacionais), nos casos de textos ainda não traduzidos para o português o professor trabalha citações em tradução livre.

Por trata-se de disciplina com o conteúdo a ser trabalhado ao longo de dois semestres, significa que existe tempo para explorar vários aspectos e trabalhar de forma profunda exercícios de descrição visando à compreensão e seu uso.

Em Representação Arquivística I o discente é obrigado a apresentar três resenhas que representam $\frac{1}{4}$ da nota final da disciplina. Essa atividade visa despertar nos acadêmicos o interesse pela leitura de textos da área e que compreendam minimamente conceitos, abordagens e o histórico da representação no contexto dos arquivos. Faz-se a ligação com questões do contexto de produção documental e as possibilidades de recuperação por meio do conteúdo documental, principalmente nos exercícios de descrição de séries e itens documentais.

Em um segundo momento, nas últimas 16 horas da disciplina, apresenta-se a norma geral de descrição do ICA, a ISAD(G) e, a norma brasileira de descrição arquivística, a NOBRADE. Nestas últimas aulas os alunos são convidados a corrigir

ou normalizar instrumentos de pesquisa de acordo com as normas, refletir e discutir em sala a atividade realizada, representando mais ¼ da nota.

Ao final da disciplina, no último dia de aula os alunos redigem uma prova dissertativa, com perguntas relacionadas aos textos trabalhados ao longo da disciplina, especialmente os três textos resenhados ao longo do curso, as questões geralmente versam sobre questões discutidas e problematizadas no decorrer do semestre.

A disciplina tem gerado bastante interesse no corpo estudantil, com o desenvolvimento de pesquisas, artigos, TCCS, bolsas de iniciação científica e monitoria. A construção de pontes e o acesso aos documentos arquivísticos, parafraseando Herredia (1991) – é sem dúvida uma das mais fundamentais funções do arquivista e da Arquivística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se a partir dos relatos de experiência em sala de aula acima narrados, que a dinâmica de transmitir o conhecimento difere de professor para professor devido a interesse de pesquisa, experiência, estilo – características fundamentalmente pessoais. Contudo, todos fazem uso de textos da área e os mais abrangentes possíveis, incentivando a leitura de diversos autores, o que promove a discussão e reflexão sobre o assunto, buscando levar o que existe de mais consolidado na área para o ambiente da sala de aula.

A menor diferença ocorre em relação a métodos de avaliação, todos o fazem por meio de provas, já que no âmbito do ensino superior os regulamentos de graduação estruturam e parametrizam as formas de avaliação, frequência e notas. Pelas experiências relatadas e pelos conceitos utilizados, o processo de mediação dos professores é fundamental para a compreensão do conteúdo, desde as disciplinas iniciais do percurso acadêmico, até o final, com a conclusão de curso.

Trabalhos desta natureza são fundamentais para a troca de experiências entre os diferentes docentes, nas diferentes realidades. São necessários maiores espaços de discussão de práticas, métodos e formatos de ensino no âmbito da Arquivística brasileira. As reuniões de pesquisa e ensino em Arquivologia são até o presente momento o único espaço que nós docentes e pesquisadores em

Arquivologia encontramos espaço para discutir questões como as que apresentamos.

Reitera-se que relatos de experiência docentes são fundamentais para o amadurecimento e institucionalização da Arquivística no âmbito do ensino superior, já que, é só por meio dos cursos de graduação e da sala de aula que a Arquivística pode crescer e consolidar-se.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 05 jul. 2017.

GRILLO, Marlene; et al. Transposição didática e produção de conhecimento. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v.8, n.46, jul/ago. 2002, p.75-84.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoría y práctica**. 5.ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

MEDEIROS, Régis. Quais os saberes necessários para a prática docente, freire, tardif e gauthier respondem? **Revista Eletrônica “fórum Paulo Freire”**, Pelotas, v. 1, n. 1, p.1-14, jul. 2015. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/558.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES 492/200**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 05 jul. 2017.

MELO, V. R. O.; BARBOSA, M. A.; COMPIANI, Maurício. Relato e análise de experiência em sala de aula numa perspectiva em CTSA: uma parceria das disciplinas de matemática e português. In: VII ENPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação Científica, 2009, Florianópolis. **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências**, 2009. v. 1, p.1-10.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 4.ed. São Paulo: Autores Associados, 1994.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Vanius Paiva Zaiden; MONTEIRO, Consuelo Campos. **Formação didático-pedagógica do professor universitário**: uma necessidade? [s.d.]. Disponível em: <<http://moodle.pucrs.br/mod/url/view.php?id=930634>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

VIANNI, Carolina; MICCOLI, Laura. Experiências de indisciplina em sala de aula de LE: comprometimento da aprendizagem. **Revista Práticas de Linguagem**, v.3, n.2, jul/dez. 2013, p.281-301.